



Assentamento Primeiro do Sul: passado de luta, presente de resistência e futuro de incertezas

Kelson Serafini Lucas*

Ana Rute do Vale**

Resumo: A luta e a resistência pela reforma agrária no Sul de Minas Gerais surgem com as articulações que deram origem ao assentamento Primeiro do Sul no município de Campo do Meio e como fruto, os diversos problemas enfrentados pela agricultura camponesa no Brasil, onde persistem barreiras criadas pelo atual sistema de agricultura capitalista de mercado, além das imposições ideológicas trazidas consigo. A carência ou negação de créditos aos camponeses, subsidiado aos grandes produtores; os obstáculos enfrentados pelos jovens para se manterem no campo - além do não reconhecimento da luta de seus antecessores pelos jovens e crianças; as barreiras para produzir e escoar a produção; e de desvencilhar da monocultura do café. Esses são alguns dos problemas enfrentados pelo assentamento. É na tentativa de tentar desiludir, orientar, desofuscar e permitir maior reconhecimento do assentamento Primeiro do Sul e de seus assentados, além de construir ferramentas que possibilitam reverter a situação atual de subserviência e conquistar sua autonomia que este trabalho se empenha.

* Licenciado e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL).

** Professora do Instituto de Ciências da Natureza da UNIFAL. Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP - Campus Rio Claro).

Settlement Primeiro do Sul: last of the struggle, present of the resistance and future uncertainty

Abstract: It is under the context of Fighting and Resistance for agrarian reformation in Brazil, that rises the Primeiro do Sul settlement in the vicinity of Campo do Meio in the State of Minas Gerais. And with it, several problems already faced by brazilian peasants in agriculture turned up. Where barriers created by the agricultural system in vigor still persist. The lack of resources for small farmers, or the overwhelming difficulties to get it, faced with the ease in which Large Estate owners gets credit; the exodus of rural youth who does not recognize the struggle of their ancestors for their land as a fight of their own, the difficulties to produce and sell with very limited resources and transportation of the goods; and the hardships of breaking away from producing only coffee are a few of the many problems faced nowadays by the Primeiro do Sul settlement. In order to demystify, give guidance, clarify and allow greater acknowledgement of Primeiro do Sul settlement and its people, to bring resources and tools to allow them to change the situation of subservience and help the people from the settlement to acquire real autonomy is what this work servers for.

Palavras-chave:

Luta pela terra; reforma agrária; assentamento; produção agrícola.

Key-Words:

Struggle for land; agrarian reform, settlement; agricultural production.

Introdução

A questão agrária no Brasil nos remete ao conceito de concentração agrária da propriedade fundiária que tem suas origens na colonização brasileira na qual se caracteriza desde suas origens até os nossos dias por um empreendimento mercantil e está diretamente ligado ao sistema capitalista de produção. Segundo Martins (1981, p.117), “Já não há como separar o que o próprio capitalismo unificou: a terra e o capital, já não há como fazer para que a luta pela terra não seja uma luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração que estão na sua essência”.

O Estado, que possui relações íntimas com o capital, permite e serve como ferramenta para que este possa se reproduzir em seu território. Os investimentos na agricultura familiar por parte do Estado continuam sendo irrisório e, quando ocorrem, são demasiados na burocracia, dificultando-lhes o acesso ao crédito. Segundo o Censo Agropecuário (2006), a agricultura familiar utiliza apenas 14% do crédito disponibilizado pelos bancos, embora, seja responsável por 70% dos alimentos que vão para a mesa do brasileiro, enquanto que o agronegócio utiliza 86% do total desse crédito, e 70% do que produzem destinam-se à exportação (*commodities*). O capital é representado principalmente por articulações superiores.

O desenvolvimento das forças produtivas, portanto, deve ser entendido em seu movimento contraditório, ou seja, a unidade deve ser uma unidade na diversidade. O capital já unificou, articulou estruturalmente, a sua reprodução ampliada. Hoje a articulação entre o capital industrial, o capital comercial e o grande proprietário de terras, tem no Estado a mediação da sua reprodução e regulação (OLIVEIRA, 1991, p. 13).

Assim, o capital pode se dedicar exclusivamente a seu negócio no campo, recebendo subsídios do Estado, seu principal alicerce, para produção e modernização, principalmente após a década de 1970, com a “Revolução Verde” e suas inovações técnicas, decorrentes de um pacote tecnológico oriundo dos países centrais, que, em seus discursos, pregavam o desenvolvimento tecnológico na agricultura como forma de acabar com a fome, sobretudo nos países subdesenvolvidos. Gonçalves (2004) lembra, todavia, a existência do caráter político e ideológico da Revolução Verde, no contexto desse conjunto de transformações nas relações de poder por meio da tecnologia, que, segundo ele,

[...] se desenvolveu procurando deslocar o sentido social e político das lutas contra a fome e a miséria, sobretudo após a Revolução Chinesa, Camponesa e Comunista, de 1949. Afinal, a grande marcha de camponeses lutando contra a fome brandindo bandeiras vermelhas deixara fortes marcas no imaginário. A revolução verde tentou, assim, despolitizar o debate da fome atribuindo-lhe um caráter estritamente técnico. O verde dessa revolução reflete o medo do perigo vermelho, como se dizia à época. Há, aqui, com essa expressão Revolução Verde, uma técnica própria da política, aqui por meio da retórica (GONÇALVES, 2004, P.8).

Acrescente-se a isso, o fato de que a modernização das estruturas de pesquisas e assistência promovida pelo Estado brasileiro para viabilizar a Revolução Verde, não beneficiou diretamente os camponeses, uma vez que “ela foi orientada para atender às novas demandas dos setores industriais a montante e a jusante da produção agropecuária e se destinou a fortalecer o domínio do capital no campo” (GRAZIANO DA SILVA, 2003, 167).

Dessa forma, esse processo corrobora para que os grandes produtores se fortaleçam e mantenham sua soberania sobre a propriedade da terra no Brasil. E o Estado, com esse posicionamento acaba por contradizer o que foi conquistado na carta magna de nosso país. A constituição brasileira de 1988 traz, em seu Artigo 184, que “compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social”. Fica claro, portanto, a intenção do Estado em atender os interesses do capital, descumprindo assim sua própria legislação.

Contudo, é evidente a necessidade de reforma agrária no Brasil e esse é um dos princípios gerais de um dos movimentos de luta pela terra no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que busca também:

2. Lutar por uma sociedade igualitária, acabando com o capitalismo; 3. Reforçar a luta dos sem terra com a participação dos trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, assalariados e pequenos produtores; 4. Que a terra esteja nas mãos de quem nela trabalha, tirando o sustento de sua família; 5. O Movimento Sem Terra deve sempre manter sua autonomia (STÉDILE, 2005, p. 178).

Convém destacar também o papel da Via Campesina nessa luta, a partir de 1996, quando o MST filiou-se a ela, embora tenha sido criada em 1992 por várias organizações da Ásia, África, América e Europa e cujas linhas teóricas são: “soberania alimentar e comércio internacional; reforma agrária e desenvolvimento rural; gênero e direitos humanos; agricultura camponesa sustentável; biodiversidade e recursos genéticos” (FERNANDES, 2007, p. 158).

Tanto para o MST quanto para a Via Campesina, a luta principal é pela desconcentração fundiária e democratização do acesso à terra através da desapropriação, em benefício dos camponeses e operários em detrimento dos latifundiários.

Contudo, apesar de alguns governos brasileiros já terem adotado projetos de reforma agrária no país nunca houveram, realmente, mudanças radicais em nossa estrutura fundiária. Fernandes (2001) adverte que a reforma agrária atualmente apregoada por setores da mídia e pelo governo na verdade é “concentração fundiária”, pois paga-se pela terra “desapropriada” um valor em geral supervalorizado, possibilitando ao antigo proprietário a compra de outra propriedade ainda maior. Segundo o autor, o conceito de reforma agrária hoje esta banalizado.

Ao denominar a atual política de assentamentos de reforma agrária, ignora-se a história da luta pela terra e respectivamente os seus protagonistas. Ainda: ao mesmo tempo em que uma família é assentada, pelo menos duas são expropriadas ou expulsas. Dessa forma, a implantação dos assentamentos cresce simultaneamente à concentração fundiária. (FERNANDES, 2001, p. 21).

Em outra obra, o mesmo autor concluiu que, independente de um plano de reforma agrária no Brasil, a luta pela terra continua avançando para que o assunto nunca saia da pauta do Estado, que “caminha a reboque dos movimentos camponeses” (FERNANDES, 2007, p. 139).

Já no caso de Minas Gerais, o processo histórico de constituição do espaço agrário se deu a partir do desenvolvimento da atividade agropecuária, cuja função estava muito mais voltada para o atendimento do mercado interno – presença dos complexos mineradores – que do externo, utilizando tanto da força de trabalho escrava como camponesa. Os grandes proprietários, procurando diminuir os custos com os escravos, passaram a conceder-lhes terras para que os mesmos pudessem se auto sustentar. Além dos escravos, os camponeses também recebiam essas terras que, segundo Ávila (1999, p. 28), era uma forma de exercer o controle sobre esses trabalhadores “não durante o processo produtivo, mas pelo monopólio do produto do trabalho camponês, do qual extraíam ganhos de comercialização (que proporcionavam, aos grandes proprietários, também desta forma, a renda da terra)”. Além de garantir a preservação de suas grandes propriedades. Além disso, esses camponeses representavam uma força militar, nos casos de conflitos com outros proprietários, bem como “currais eleitorais”, para a manutenção do forte poder de barganha e força política dos grandes proprietários.

Entretanto, a produção camponesa permanece como a principal fonte de alimentos básicos somente até a década de 1960, quando o processo de modernização agrícola atinge as áreas rurais de Minas. A partir de então, intensifica-se a concentração da propriedade fundiária no estado, sobretudo, no período entre 1970 e 1980, quando ocorre a concessão de subsídios e incentivos fiscais. A terra transforma-se em mercadoria (terra-capital), levando não apenas à valorização de

seu preço, mas também à concentração fundiária e ao aceleração da eliminação dos pequenos produtores camponeses da mesma, fato que se mantém até os dias atuais.

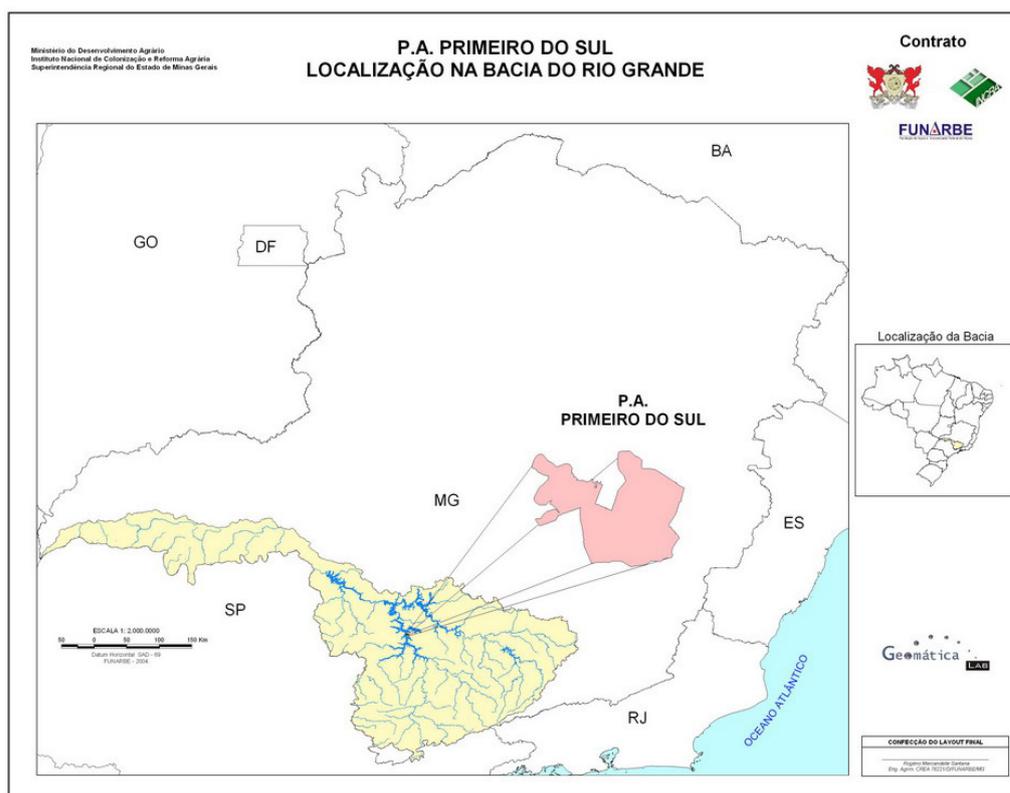
Como ocorre em todo país, a urgência pela reforma agrária também se faz presente em Minas Gerais, aonde, desde 1996, vem crescendo as articulações no sentido de propiciar novos Projetos de Assentamentos (PA's). Para tanto, foi criado pelo Governo Federal o Ministério Extraordinário de Política Fundiária em 1996, que por meio da ação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) atua nas áreas de conflito. O Ministério surge como repercussão da violência no campo, principalmente do Massacre de Corumbiara (RO) em 1995 e o Massacre de Eldorado de Carajás (PA) em 1996. Portanto, cabe lembrar a falta de atuação do INCRA nos últimos anos, que não tem se esforçado para agilizar novos PA's. É importante mencionar, no entanto, que a implantação dos PA's no estado, ocorreu, em especial, nas áreas de conflito no campo, onde os trabalhadores sem-terra já haviam ocupado terras, sobretudo no norte do estado.

Em 2010 foram criados apenas 12 assentamentos em Minas Gerais, nos quais vivem cerca de 367 famílias de agricultores. No mesmo ano, somou-se 2.076 famílias acampadas no estado, mostrando que a demanda ultrapassa consideravelmente o número de famílias assentadas (LAGEA, 2010).

No sul do estado, a luta pela reforma agrária teve início com uma articulação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, que culminou na formação, em 1997, do Assentamento Primeiro do Sul, na antiga Fazenda Jatobá, localizada no município de Campo do Meio, Sul/Sudoeste do estado de Minas Gerais (Figura 1). Recebeu essa denominação por ser o primeiro grupo de trabalhadores rurais vinculados ao MST a concluir as negociações com o INCRA e a conquistar a posse da terra na mesorregião. (LUCAS, 2011).

Somado aos acampamentos da área limítrofe da ex-Usina Ariadnópolis, configura-se uma região de conflito pela terra, desde sua ocupação, em 1996. Esse assentamento destaca-se, portanto, como precursor de um processo de luta e resistência no campo na região.

Figura 1 – Localização do Assentamento Primeiro do Sul na Bacia do Rio Grande – Campo do Meio (MG).



Partindo desses pressupostos, nosso trabalho tem como objetivos: resgatar a história de luta dos assentados no processo de acesso a terra no assentamento Primeiro do Sul; caracterizar as atividades produtivas; detectar até que ponto a produção agrícola se serve ao mercado ou ao autoconsumo das famílias; e desvendar as perspectivas de futuro, com relação à permanência dos jovens no assentamento.

Os procedimentos metodológicos utilizados nesse trabalho foram os seguintes: levantamento e revisão bibliográfica; coleta de dados secundários, junto à Câmara de Vereadores de Campo do Meio, Cooperativa dos Cafeicultores de Campos Gerais e Campo do Meio Ltda. (COOPERCAM), INCRA, CUT e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo do Meio; coleta de dados primários por meio de entrevistas com os assentados mais antigos e com os jovens (entre 15 e 24 anos) e aplicação de questionário semiestruturado junto aos chefes do grupo familiar. Após a sistematização e análise dos dados, foi redigido o relatório do projeto de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq, intitulado “Trajetória de luta, conquista da terra e vida coletiva no assentamento rural Primeiro do Sul – Campo do Meio (MG)”, realizado durante o curso de Geografia da UNIFAL-MG.

A implantação do assentamento Primeiro do Sul no contexto de luta pela terra no Sul de Minas

No contexto de luta pela terra no Sul de Minas ocorre a primeira ocupação de terras na antiga Fazenda Jatobá, no município de Campo do Meio, em 18 de novembro de 1996 e está relacionada a última greve dos trabalhadores da antiga usina de álcool Ariadnópolis em 02 de outubro de 1995. Esta ocupação dará início ao primeiro Projeto de Assentamento Rural (PA) do Sul de Minas, chamado de “Primeiro do Sul”.

Segundo os moradores mais antigos entrevistados, a situação de exploração da mão-de-obra na usina se prorrogou durante os anos e teve seu desfecho em 1995, com uma grande greve geral (cerca de 100 dias), articulada pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Campo do Meio (MG) e região (Alfenas, Coqueiral, Guapé, Ilícinea, Paraguaçu, Santana da Vargem, e Varginha), que entraram em contato com representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) de Belo Horizonte, que posteriormente contataram representantes do MST da região do Vale do Rio Doce. Nesse momento, os funcionários da usina já não recebiam seus vencimentos há quatro meses, além dos demais direitos trabalhistas. Além disso, a usina entrou em processo pré-falimentar¹.

As decisões tomadas nas reuniões desses trabalhadores com os sindicatos estavam caminhando na iniciativa de ocupação da área da usina Ariadnópolis, no intuito de que as dívidas com os trabalhadores fossem equivalentes a uma parte das terras. Os trabalhadores detectaram uma área adjacente à usina que se encontrava abandonada há mais de 4 anos e já estava em processo de remate para quitação de suas dívidas, portanto, mais passível de se tornar assentamento do que a área da usina Ariadnópolis.

Tratava-se da Fazenda Jatobá, pertencente a um português chamado Manuel Alves, que também era proprietário de outras grandes extensões de terra no município. O objetivo maior do fazendeiro era de acumular o seu patrimônio (MOTA, 2008), e de acordo com relatos dos assentados, utiliza-los como forma de captar recursos públicos. Cabe ressaltar, portanto a inexistência de ligação entre o proprietário da usina e o da Fazenda Jatobá.

Foi então que, com o apoio e a coordenação do MST, parte dos funcionários em greve, além de famílias advindas de outras regiões do estado, totalizando cerca de 50 ocuparam a Fazenda Jatobá, em 18 de novembro de 1996. A fazenda acabou sendo posteriormente desapropriada em 06 de maio de 1997 (data da imissão de posse) pelo governo federal mediante ao pagamento de indenização ao antigo proprietário e transformada no que hoje é o assentamento Primeiro do Sul.

Posteriormente houveram outras ocupações na área da falida usina Ariadnópolis a partir de março de 1998. Isso nos deixa claro a importância do Assentamento Primeiro do Sul como precursor de um processo de resistência, espacialização e territorialização da materialização

¹ A fase pré-falimentar é aquela em que ocorre o pedido de falência, tem início na petição inicial de falência e se conclui com a sentença declaratória de falência pelo Juiz.

da negação contra a submissão imposta pelo capital nas circunstâncias econômicas, sociais e políticas (LOURENÇO, 2010).

Além das famílias de Campo do Meio, participaram também trabalhadores oriundos de vários municípios do Sul de Minas (Santana da Vargem, São Sebastião do Paraíso, Campos Gerais etc.) e do Norte de Minas (Porteirinha, Minas Novas e Novo Cruzeiro). A maioria deles, trabalhadores volantes, explorados pela agricultura capitalizada e moderna da região, através das lavouras de café.

Próximo à área em que se encontra a sede da fazenda, existia uma colônia de casas em condições razoáveis, herança do regime de colonato adotado no início do século XX. Posteriormente foi transformada em agrovila, fato que permitiu que as famílias ocupassem as casas já construídas em vez de construírem barracos de lona.

De acordo com relatos de assentados, o projeto de divisão dos lotes no Primeiro do Sul foi determinado pelo INCRA para 40 famílias, com lotes de 15 hectares em média, de um total de 864 hectares. Porém, atualmente, o assentamento abriga 44 famílias, pois os filhos de assentados que se casaram, continuaram na terra, porém nos lotes de seus pais.

Após essa delimitação, as famílias optaram pelo trabalho individual, sendo a manutenção dos espaços comuns de forma coletiva, além do uso da energia elétrica, do terreiro usado para a secagem do café, da descascadeira e da moedeira de café, além do silo, do torrador de café e do tanque de resfriamento do leite.

A que destacar que a ocupação ocorreu sem nenhuma reação ou confronto com o antigo proprietário da Fazenda Jatobá, pois esse já tinha interesses na desapropriação e destinação de suas terras para fins de reforma agrária, já que estava em processo de arrematação para saldo de dívidas com o Banco do Brasil. Após vários meses do início da ocupação o mesmo entrou com um pedido judicial de reintegração de posse, embora o imóvel já estivesse sido destinado ao leilão pelo Banco do Brasil e o INCRA já houvesse providenciado o pedido de desapropriação (VALE; LOURENÇO; LUCAS, 2009). Provavelmente sua expectativa era especulativa, já que nesses casos, os processos judiciais agregam valor ao imóvel negociado com o INCRA. Ou mesmo para agilizar o processo de pagamento do INCRA, que costuma levar certo tempo. A situação pode ser confirmada na fala do entrevistado 1:

O proprietário estava doidinho pra vender estas terras e o movimento caiu do céu pra ele, caiu de pára-quedas. Na hora que ele viu que o negócio lá era cheque mate, que o dinheiro era fiel mesmo, aí ele fez a ação, ele nem começou a pressionar. Ele disse 'olha, fala com o INCRA lá... pra gente resolver esse negócio logo'... ele deu toda a dica, toda informação. Se ele colocasse a fazenda a venda ele não achava o preço que ele achou com o INCRA.

Portanto, o embate entre proprietários de terras de um lado e trabalhadores rurais de outro é feito pelo judiciário. Fato este observado também nas terras da ex-usina Ariadnópolis, que se arrasta judicialmente por mais de 13 anos, resultando em diversas ações de despejo (na maioria das vezes, truculentos) de acordo com interesses elitistas burgueses, ferindo assim os direitos humanos do cidadão camponês. Este acampamento conta hoje com cerca de 400 famílias e caracteriza-se por ser um dos mais emblemáticos conflitos de terras de Minas Gerais.

No período em que as famílias ficaram acampadas (cerca de seis meses) e/ou depois da institucionalização do assentamento houve algumas desistências. Os motivos, segundo os assentados mais antigos, foram principalmente a inexistência ou ineficiência de: políticas de crédito, que em muitas vezes não são disponibilizados na época certa, ou não levam em consideração os imprevistos que podem surgir, como as restrições climáticas; políticas de assistência técnica, para melhor orientar o assentado sobre a forma, a época e o local mais adequado para a plantação ou criação, considerando que boa parte dessas famílias foram aculturadas pelo processo de êxodo rural, perdendo assim o hábito de cultivar a terra de maneira autônoma. Além do mais, a falta de apoio na comercialização da produção, que acaba

sendo destinada aos atravessadores, uma vez que os assentados geralmente não tem tanta aptidão para a agricultura ou tempo suficiente para pesquisar e decidir por mercados e canais mais apropriados de comercialização de suas produções (RAMOS, 2009).

O relato de um dos assentados do Primeiro do Sul (entrevistado 2) traz a tona a realidade vivenciada em grande parte dos acampamentos de reforma agrária no Brasil:

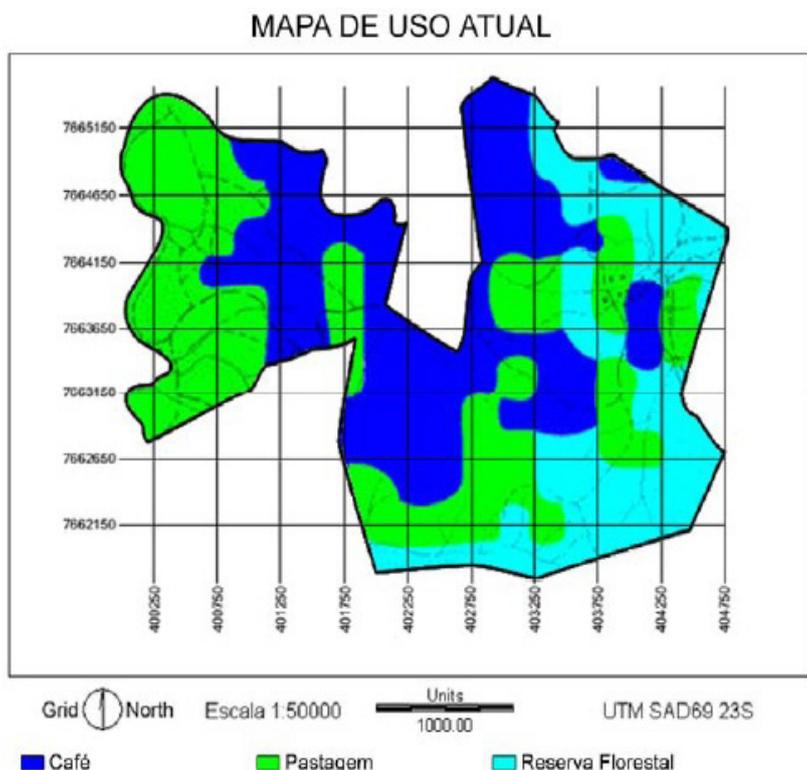
Com o tempo, aquelas famílias que ainda tem a cultura da terra, que não perderam a cultura da terra permanecem. Já os outros começam a voltar pra cidade. Aí vai ficando só a quantidade que cultiva a terra, dificilmente sobra gente, pelo contrário falta.

Assim sendo, ao contabilizar as desistências concluímos que das famílias de Campo do Meio que participaram da ocupação, apenas 7 foram assentadas e continuam morando no local. Essa situação pode ser explicada pelo fato de que o problema da reforma agrária no Brasil exige uma solução muito mais complexa do que simplesmente distribuir pedaços de terra, é urgente e necessário a implantação de políticas públicas voltadas a manutenção do camponês no campo, evitando-se que o mesmo, por falta de incentivo, volte a ocupar áreas periféricas urbanas, potencializando assim os graves problemas sociais.

A produção e a comercialização agrícola

Conforme o mapa de uso da terra (Figura 2), a cultura do café ocupa grande parte da porção central e norte do imóvel, as pastagens estão dispersas pela área, com maior concentração na parte noroeste e oeste. Enquanto as áreas de reserva natural estão localizadas em torno dos limites da propriedade, na parte sul, leste e nordeste (ALVES, 2006).

Figura 2 – Mapa de uso atual das terras da área do Assentamento Primeiro do Sul.



Fonte: ALVES (2006)

A produção para o autoconsumo dos assentados aparece como uma importante atividade para reduzir a dependência deles em relação ao mercado, ou seja, diminuir a necessidade de gastar seu dinheiro para a aquisição de alimentos. Além do mais, pode garantir a segurança alimentar em situações adversas, utiliza recursos disponíveis no local, provenientes da própria produção agrícola e promove uma melhor qualidade alimentar, livre de produtos químicos contidos em alimentos que são produzidos em larga escala (SANTOS; FERRANTE, 2003).

Todavia, o Sul de Minas está inserido no sistema de agricultura de mercado e sua principal contribuição é a monocultura do café, cultivado principalmente através de pequenas propriedades rurais, ao contrário do município de Campo do Meio, que é caracterizado por grandes propriedades (MOTA, 2008). O assentamento Primeiro do Sul, portanto encontra-se arraigado e dependente dessa cultura agrícola, que além de não garantir renda suficiente para a subsistência dos assentados por completo, dispende grandes investimentos com agrotóxicos e demais insumos para sua manutenção, além de tomar boa parte do tempo do camponês que poderia ser dedicado ao cultivo de outras culturas.

Apesar disso, existe uma família no assentamento que cultiva o cafezal de forma parcialmente orgânica e uma família que há 3 anos experimenta o cultivo de forma agroecológica. Um deles relata a situação de subserviência do cultivo ao mercado, tendo como ferramenta o uso de agrotóxicos. Segundo o entrevistado 3:

Uma boa parte das famílias usam os defensivos, a orientação do movimento é para não usar defensivos, mas devido a concorrência no mercado do excedente, (que é vendido pra fazer dinheiro e comprar o que agente não produz), a necessidade de produzir obriga as famílias a usar o defensivo. Mas as famílias que usam tem uma visão muito crítica dos defensivos, (sabe que ele mata, sabe que ele envenena o alimento), eles têm consciência disso, mas são obrigados pela questão da sobrevivência.

Existe uma grande resistência ideológica das famílias em deixar o cultivo do café ou mesmo em limitar sua área. Os cultivos intercalares demandam maior tempo de mão-de-obra, o que é visto como empecilho à dedicação ao café, que de acordo com os assentados tem sua venda garantida. Porém, a manutenção dos cultivos intercalares ao café propicia maior biodiversidade ao solo, além de garantir alimento para a família. Ao tratar dos cultivos intercalares, o camponês também estaria lavrando seu café, além de diminuir a área de capina manual (MOTA 2010).

A comercialização é feita com a COOPERCAM, que também financia boa parte dos insumos e agrotóxicos, cada grupo familiar possui um membro que é associado a ela. O associado adquire os insumos e os valores são registrados em sua conta, o pagamento é feito na safra seguinte, onde é subtraído o valor devido da colheita subsequente. A estocagem do café é feita na própria cooperativa que comercializa o mesmo.

A priorização inicial do café como principal fonte de renda trouxe graves consequências aos assentados. Inicialmente, as famílias não obtiveram sucesso, pois não foram orientadas tecnicamente sobre a possibilidade de cultivo de outras culturas. Ademais o fato de o assentamento estar inserido em um contexto econômico mercadológico de uma região tradicionalmente produtora de café, acabou por induzir essas famílias a permanecerem na cafeicultura, principalmente pela expectativa de facilidade no escoamento da produção a bons preços. Com essa expectativa não atingida, a maioria dos assentados ficaram insatisfeitos, conforme os relatos coletados.

Dentre as culturas permanentes praticadas no Primeiro do Sul, a atividade cafeeira ocupa o papel de destaque, juntamente com a banana, sendo produzidos em 90% dos lotes (tabela 1). Essa dupla predominância se explica pelo fato de que, geralmente, a banana é plantada junto ao cafezal para protegê-lo do vento e das geadas.

Ao analisarmos os dados, percebemos que mais da metade da banana produzida no assentamento é comercializada (51%), maior que seu autoconsumo de 49%. O escoamento da banana segue tanto para o atravessador quanto para venda direta, neste caso cabe informar que a maioria escoou para a Loja da Agricultura Familiar (“lojinha”), localizada na sede do município de Campo do Meio, para onde destinam parte do que é produzido no assentamento e nos acampamentos para ser comercializado diretamente com a população urbana.

Tabela 1 - Produção de lavouras permanentes dos assentados entrevistados do Primeiro do Sul – safra 2009-2010.

Produto	Unidade	Quantidade	Área (ha)	Autoconsumo (%)	Comercialização (%)
Abacaxi	Frutos	22500	0,75	51	49
Banana	Kg	56000	14	49	51
Café*	Sacas	1242	69	1	99
Eucalipto	m ³	55,95	1,5	100	0
Mamão	Kg	4410	0,3	10	90

* saca de 60 kg

Fonte: pesquisa de campo (agosto 2011).

O abacaxi é produzido por 10% dos entrevistados, sendo 51% destinados ao autoconsumo e 49% a comercialização. A família que produz a fruta para comercialização, não encontra dificuldades de escoamento, que é feita pela venda direta ao consumidor, gerando maior valor agregado ao seu produto. O mamão é produzido por 5% das famílias, desse percentual, 10% vai para o autoconsumo e 90% segue seu escoamento passando pelo atravessador. O eucalipto é produzido por 10% dos assentados e destina-se exclusivamente a satisfazer as necessidades do lote, principalmente a da madeira, permitindo assim que a área de reserva do assentamento seja preservada.

Com relação ao destino da produção das culturas permanentes, recebe destaque o café, com 95% de sua produção destinada ao atravessador e 5% à venda direta e a banana com 62% para o atravessador e 38% à venda direta. O café é vendido em sua maioria para à COOPERCAM, portanto, foi possível perceber in loco, a venda simultânea para outros atravessadores, fato este confirmado por alguns assentados. Além disso, uma das famílias nos informou que beneficia o café e vende em pequenas quantidades, em pacotes de 1kg, numa tentativa de alcançar melhor preço sobre a venda de seus produtos, já que o assentamento não possui uma cooperativa que possa escoar sua produção a um preço justo, o que permite gerar maior renda com a produção.

Das lavouras temporárias, recebe destaque o feijão, produzido por 95% das famílias assentadas e o milho com 85%, seguidos da mandioca (60%) e da abóbora (40%), despontando como os mais significativos. As lavouras temporárias são cultivadas em alguns casos na forma de consórcio com outras culturas, como o café. Isso permite tanto maior aproveitamento do espaço, quanto diminuir o tempo gasto com o cultivo principal, além de algumas culturas se beneficiarem pela proximidade.

Em análise, percebemos que do feijão produzido no assentamento, 56% vão para o autoconsumo e 44% para a comercialização, revelando ser este cultivo de suma importância para os assentados. Das lavouras temporárias, o feijão é o mais comercializado, sendo 10% à venda direta e 90% ao atravessador.

No caso do milho, o percentual de autoconsumo também é alto, 88%, já que é um produto de necessidade básica no campo, sendo utilizado principalmente para alimentação de animais e para produção de sementes. A mandioca, portanto destaca-se por ter uma produção voltada quase que exclusivamente para consumo humano, já que 92% do que é produzido, vão para a subsistência das famílias. A abóbora, com percentual de 25% destinada a comercialização e 75% voltado para o autoconsumo, destina-se principalmente a alimentação dos suínos, seu baixo escoamento segue para comercialização na lojinha, conforme a maioria da produção das lavouras temporárias.

Convém mencionar que, de acordo com os relatos, em períodos de chuva a produção de lavouras temporárias aumenta sobremaneira, e chega a ser escoado por alguns assentados nas feiras semanais aos domingos na cidade de Campo do Meio. Quando o valor a ser pago pelo transporte é maior ou equivalente ao valor supostamente adquirido pela venda do produto, o camponês prefere destinar sua venda aos atravessadores. Logo, o cultivo de produtos no assentamento Primeiro do Sul, classificados como lavouras temporárias, caracteriza-se mais pelo autoconsumo do que para sua comercialização.

Tabela 2 - Produção de lavouras temporárias no assentamento Primeiro do Sul

Produto	Kg	Área (ha)	Autoconsumo (%)	Comercialização (%)
Abobora	34800	4,0	75	25
Amendoim	2969	1,0	100	-
Arroz (casca)	3790	2,75	100	-
Batata	10000	0,5	100	-
Cana	180000	3,0	75	25
Feijão	19992	21,0	56	44
Mandioca	75750	5,05	92	8
Milho	98400	20,5	88	12

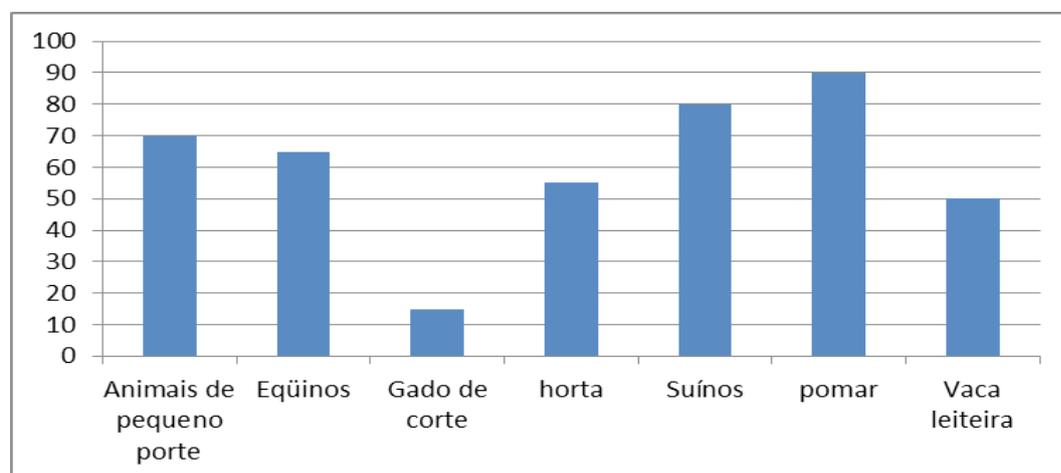
Fonte: pesquisa de campo (agosto 2011)

Portanto, as dificuldades de produção e escoamento, somado a falta de apoio do poder público municipal em planejar políticas públicas voltadas tanto ao camponês sem terra como ao pequeno agricultor da denominada agricultura familiar, acabam desestimulando a diversificação de culturas, inviabilizando a sua produção.

Além do cultivo de lavouras permanentes e temporárias, detectamos também a presença da pecuária e da prática de horta e pomar (Figura 3).

Cabe ressaltar que os animais de pequeno porte, no nosso caso abrangeram principalmente o pinto, frango e a galinha poedeira.

Figura 3 – Atividades produtivas do Assentamento Primeiro do Sul

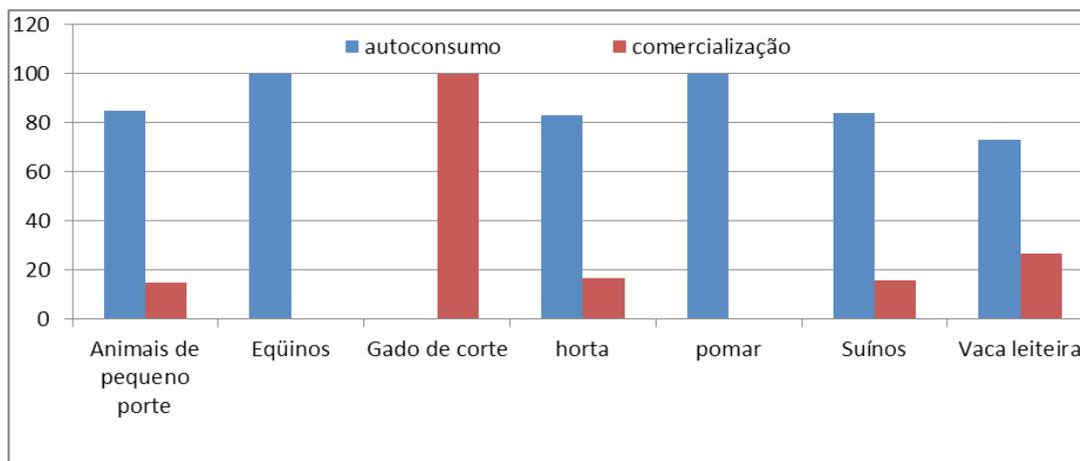


Fonte: pesquisa de campo (agosto 2011)

Na pecuária, predomina o gado leiteiro, com presença em 50% das famílias, além do gado de corte com 15%. A pecuária leiteira é, portanto a segunda maior fonte de renda, atendendo mesmo que parcialmente as necessidades financeiras básicas familiares, já que a atividade gera rendimentos mensais. Porém no período de estiagem o fornecimento cai drasticamente, devido a falta de recursos para planejar a alimentação necessária ao gado neste período e ao baixo nível tecnológico dessa atividade. Destaca-se o fato de que as famílias que não produzem leite em seu lote, dedicam-se a atividades remuneradas fora do assentamento, como forma de complementar a renda familiar, a exemplo destaca-se a colheita de café nas fazendas circunvizinhas.

Com relação ao destino desses produtos, podemos observar que apenas a criação de equinos e o cultivo do pomar destinam-se exclusivamente ao autoconsumo. Já o gado de corte, destina-se apenas à comercialização (Figura 4).

Figura 4 – Destino da produção da pecuária, horta e pomar, no assentamento Primeiro do Sul.



Fonte: pesquisa de campo (agosto 2011)

Podemos observar na que a comercialização dos animais de pequeno porte é relativamente baixa (15%) em relação a sua produção para o autoconsumo (85%), sendo que aqueles que são comercializados, nem chegam a sair do assentamento, pois são vendidos para outros membros da comunidade. O gado de corte em sua totalidade segue para os atravessadores, que obtêm altos lucros com sua compra e venda. O leite coletado é resfriado em um tanque de resfriamento coletivo, localizado na agrovila, sendo posteriormente recolhido (27%) pela Cooperativa Agropecuária de Boa Esperança (CAPEBE). O pagamento é feito ao final de cada mês. Algumas famílias também utilizam parte do leite na fabricação de derivados para o consumo próprio. Os suínos também possuem um percentual de comercialização baixo (16%) com relação a sua produção para o autoconsumo (84%), assim como os animais de pequeno porte, também são comercializados dentro do próprio assentamento.

Das famílias que cultivam hortaliças, 100% afirmaram utilizar o sistema orgânico. Isso nos conduz a pensar que apesar das famílias, em sua maioria utilizarem agrotóxico na cultura do café, elas procuram não repetir o ato no trato com as hortaliças, visto que sua destinação é o autoconsumo das famílias.

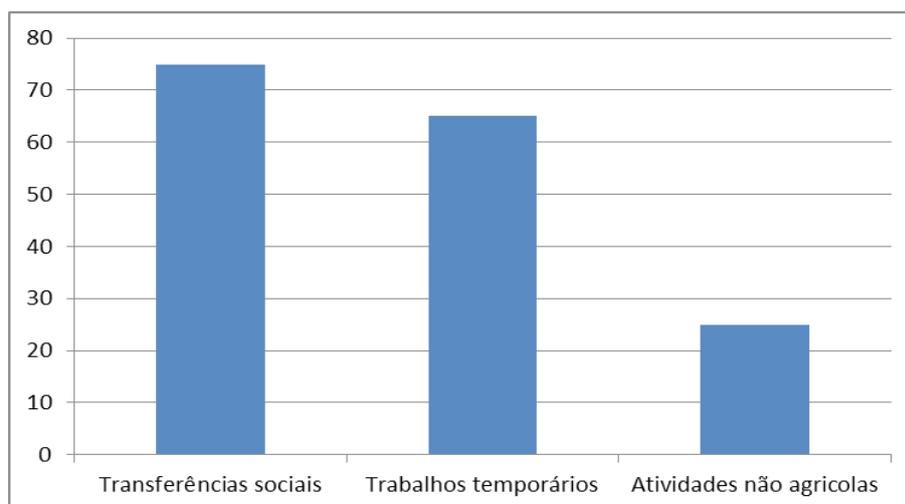
A produção de hortaliças no período da chuva aumenta em 30%, segundo os relatos, permitindo assim maior variedade e produtividade. É bastante comum entre os assentados, sobretudo os que moram na agrovila, a permuta e/ou doação de hortaliças, o que mostra a boa relação de vizinhança entre eles.

Apesar de no assentamento não haver uma grande variedade de frutas, percebemos através dos dados que o percentual de famílias que as cultivam é baixo. Podemos inferir também o grande potencial do assentamento para a produção de doces das mais variadas frutas, para isso seria necessário a ampliação do cultivo de determinadas frutas para as demais famílias que não as cultivam. O assentamento possui um local em fase de construção que pretende se tornar uma fábrica de doces, porém as atividades ainda não foram iniciadas devido a falta de recursos para a conclusão das obras, aquisição de materiais e efetivação das atividades.

Nossa pesquisa mostrou que além das atividades agropecuárias, existem outras fontes de renda dos assentados, que também contribuem para sua reprodução social (Figura 05).

[...] refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família em domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura e ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção (SCHNEIDER, 2001, p.3).

Figura 5 – Presença de outras fontes de renda dos assentados do Primeiro do Sul.



Fonte: pesquisa de campo (agosto 2011)

As transferências sociais (75%) englobam aposentadoria, bolsa escola, bolsa família etc., já os trabalhos temporários (65%) envolvem todo trabalho que possa gerar renda, destes, 50% são trabalhos no café e envolvem as atividades de cultivo e/ou colheita fora do lote familiar - sobretudo nas grandes propriedades da região – enquanto que as atividades não agrícolas somam 25% e abrangem serviços urbanos como o de pedreiro, garçom, doméstica etc. Lembrando que 15% dos trabalhadores temporários afirmaram exercer funções tanto no café quanto nas atividades não agrícolas. Portanto, é necessário destacar que os que trabalham temporariamente no café, geralmente o fazem em períodos distintos da colheita, já os que trabalham em outras atividades, geralmente dedicam boa parte do ano a estes serviços.

Esses dados se mostram muito preocupantes, pois envolve uma questão estrutural de geração de renda no próprio lote, o que é potencializado pelo fato de que para 80% dos entrevistados, a renda obtida com a comercialização da produção é insuficiente para satisfazer as necessidades básicas da família. Sabemos que essa situação em nada se difere da maioria da agricultura familiar brasileira, desestimulando a diversificação de culturas e inviabilizando a sua produção. A partir desses pressupostos, podemos considerar que se os assentados investissem mais na produção para o autoconsumo, garantiriam pelo menos a segurança alimentar de suas famílias, que já produzir alimentos para comercialização torna-se complicado por conta dos reduzidos canais de escoamento. Embora, boa parte da produção seja comercializada na “lojinha”, na sede do município, isso não é suficiente porque fica restrita aos consumidores locais e sendo a cidade muito pequena, essa não é capaz de absorver toda essa produção. Nesse caso, seria necessário atingir o comércio regional para que valesse apenas investir na produção agrícola.

Outro dado importante diz respeito ao acesso ao crédito, no momento das entrevistas, apenas 30% das famílias utilizam-se de algum crédito ou financiamento, embora 75% dos entrevistados afirmaram já ter se beneficiado do crédito rural, o que nos permite afirmar que muitas famílias carregam dívidas que não conseguiram saldar de períodos mais remotos. Assim, a ausência, insuficiência e/ou ineficiência de políticas de créditos, além da ausência de assistência técnica, conforme já relatado, podem ser confirmadas através dos dados levantados.

Os jovens do assentamento e suas perspectivas

No assentamento existe uma estrutura física que no período da Fazenda Jatobá foi destinada a escola, hoje, porém suas atividades estão desativadas e conseqüentemente os estudantes são obrigados

a se locomoverem até a zona urbana para serem educados formalmente, conduzindo-os a uma homogeneização cultural sob o ponto de vista ideológico urbano-capitalista, impedindo que as crianças e jovens recebam uma educação escolar contextualizada ao seu cotidiano camponês.

Os jovens entrevistados do assentamento nos relataram que sentem falta de opções de atividades lúdicas e esportivas no local e que se existisse pelo menos quadra e campo de futebol, seria muito bom para eles. Além disso, reclamaram da dificuldade de contato com a vida social da cidade através de festas e confraternizações, principalmente as que envolvam maior concentração da juventude, as quais são privadas de participarem devido a falta de transporte. Outro problema apontado diz respeito a inexistência de cursos profissionalizantes voltados para o campo, além da falta de alternativas e incentivos na geração de renda para o jovem.

A condição socioeconômica insatisfatória das famílias assentadas tem deixado esses jovens incrédulos com relação à permanência no campo. Para se ter uma ideia, das famílias entrevistadas, 45% afirmaram a saída de algum filho do assentamento, em busca de melhores condições de vida na cidade.

Quando questionados sobre o que fariam diante da oferta de um emprego com salário suficiente para se manter na zona urbana, 50% dos jovens responderam prontamente que se mudariam para a cidade. Já com relação à possibilidade de ficarem acampados em barracos de lona, ou seja, se encarariam a luta pela terra em condições de vida precárias, 45% afirmaram que não ficariam. Porém neste caso, é necessário ressaltar a morosidade do Estado na implantação de PA's nos acampamentos da área da ex-usina Ariadnópolis e o conseqüente desestímulo por parte dos jovens.

A zona urbana, portanto, é vista por esses jovens como um espaço de polarização através da socialização e lazer, além de oferecer supostamente uma possível oportunidade de emprego e renda, principal ferramenta que o possibilitaria adquirir os bens de consumo idealizados pelo capitalismo.

Todavia, não cabe a nós condenarmos essa visão dos jovens com relação à cidade. Essa desmotivação em continuar no campo é fruto de sua vivência cotidiana, onde presenciam as dificuldades enfrentadas tanto por seus familiares quanto pela comunidade em geral no assentamento, no que diz respeito a infraestrutura, produção e comercialização agrícola, serviços e geração de renda. Somado a isso está o fato de que desde 1998 os acampados da área da ex-usina Ariadnópolis lutam pela terra e nesse longo período, depois de 6 despejos, nenhum assentamento foi institucionalizado. Esses motivos são contundentes e podem influenciar diretamente o jovem a partir para cidade em busca de melhores condições de vida.

A ideologia burguesa capitalista urbana faz com que o jovem seja coagido e aculturado a pensar em hábitos consumistas idealizados na zona urbana. Diante de tal situação, os jovens assentados se sentem atraídos pela cidade e acabam abandonando o campo. Entretanto, ao chegar à cidade deparam com outro problema, a falta de qualificação profissional para atuar no mercado de trabalho, fato que pode conduzi-lo a fazer parte da grande massa de excluídos e marginalizados urbanos, que por falta de opções, acabam caindo na informalidade e ocupando-se com subempregos de baixa remuneração, ou mesmo sendo atraídos pela criminalidade. Esses relatos dos jovens são preocupantes, na medida em que esses jovens representarão o futuro do Primeiro do Sul.

Perspectivas de desenvolvimento do Assentamento Primeiro do Sul

O assentamento conta com a Associação dos Assentados da Fazenda do Primeiro do Sul (ASFAPSUL), criada em 1997 e representada pela coordenação do mesmo e que é uma importante ferramenta no fomento à viabilização das famílias assentadas, pois facilita as intermediações burocráticas, além de buscar a captação de recursos junto ao governo, como crédito para infraestrutura, plantio etc.

Um marco importante na trajetória desses assentados foi a criação do Sindicato dos Agricultores Familiares de Campo do Meio (MG), no primeiro semestre de 2010, que congrega assentados do Primeiro do Sul, acampados da área da ex-usina Ariadnópolis, além

de pequenos agricultores da região e políticos que apoiam a luta pela terra. O sindicato nasce como uma importante ação política da luta pela terra na região, potencializando assim sua força. Dessa forma, o sindicato é, além de um órgão de representatividade de classe, um espaço de discussões políticas onde é feito um trabalho de conscientização política dos filiados, sobretudo com os pequenos agricultores que estão tendo o primeiro contato com a luta pela terra (LOURENÇO; VALE, 2010).

O Sindicato conta com a já citada Loja da Agricultura Familiar (“lojinha”), que é fruto da articulação dos camponeses diante da grande dificuldade de escoamento do excedente da produção tanto do assentamento Primeiro do Sul quanto dos acampamentos da área da ex-usina Ariadnópolis e pequenos agricultores da região.

Outra ação que permite maiores perspectivas de desenvolvimento do Assentamento Primeiro do Sul refere-se a um projeto já em fase de implantação, o Centro Comunitário de Inclusão Digital o chamado “telecentro”, onde esta prevista a instalação de uma sala com dez computadores interligados a internet. O telecentro pode ser considerado como importante forma de atração e interação entre os jovens e adultos do assentamento, já que permite atividades de lazer e informação, permitindo sua comunicação com outros assentamentos, possibilitando a troca de experiências de produção, geração de renda, dentre outros e subsidiando a permanência do jovem no campo. Cabe ressaltar ainda que esta pode ser uma importante ferramenta de formação política dos assentados.

Em 2010, o assentamento conseguiu também, por meio da ASFAPSUL, sua inserção em um dos projetos da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o Programa de Aquisição de Alimentos, que é a compra direta de produtos agrícolas de agricultores familiares ou de associação de agricultores, pela Conab. A Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDAF) beneficiou 23 famílias, garantindo a compra de sua produção que pode chegar a um total de R\$4.500 (quatro mil e quinhentos reais), no prazo de um ano (CONAB, 2009). Os produtos foram direcionados a associações de bairro e igrejas da cidade de Campo do Meio, para que façam a distribuição para a população. O projeto, portanto, apesar de ter um baixo valor e beneficiar poucas famílias, tem o caráter de incentivar a produção e a diversificação, além de gerar renda. Porém faz-se necessário que as políticas públicas sejam mais abrangentes com relação a seu valor e ao número de famílias atendidas.

A informação e a comunicação do assentamento estão sendo incentivadas e potencializadas, visto que o mesmo, recentemente recebeu, através de um projeto de um vereador do município, a instalação de um telefone público, diminuindo assim as distâncias entre o assentamento e outras localidades.

Considerações finais

O assentamento Primeiro do Sul tem uma trajetória de luta de trabalhadores injustiçados pelo poder do grande capital, uma vez que perderam seus empregos, sem receber pelos dias trabalhados na usina e que sonhavam em ter acesso a um pedaço de terra para plantar e viver com sua família. Embora, o processo de constituição do assentamento não tenha sido tão complicado, as dificuldades vieram no momento de começar a vida no local. Considerando que o financiamento liberado pelo governo nesse início tenha sido irrisório, manter-se como assentado significou enfrentar muitos sacrifícios. Essa, certamente, é a explicação pela adoção da monocultura do café que, mesmo em tempos de preços baixos tem mercado garantido.

Na verdade, o Primeiro do Sul não difere dos demais assentamentos espalhados por todo o Brasil no que diz respeito a insuficiência de crédito, ou o atraso do mesmo. Também se equipara aos outros quando se trata da falta de orientação técnica que direcione a produção. Porém, no caso desse assentamento, este fato merece maior atenção, pois das famílias que

ali chegaram ao início do assentamento, muitas não tinham ligação direta com a agricultura, muitas também nunca experimentaram a situação de acampados e outras não tiveram tempo de vivenciar as vicissitudes dos acampamentos, que em geral servem de base para o aprofundamento de conhecimentos de coletividade, bem como a vivência na prática de tal substantivo. Já outras chegaram à forma de regularização de famílias, o que mostra que o ambiente social do assentamento é composto por famílias com distinções características.

Percebemos também que se faz necessário a desconstrução da ideologia da monocultura do café imposta pelo mercado e a reconstrução de um novo paradigma de produção, que possibilite melhor qualidade de vida dos assentados. Além disso, acreditamos que é preciso estimular o fortalecimento da ASFAPSUL e sua evolução para se transformar numa cooperativa do assentamento, ferramenta fundamental na busca de sua autonomia.

O contato com os assentados do Primeiro do Sul nos fez perceber também que a luta não pode se finalizar na conquista da terra, que é apenas uma das etapas do processo e que ao se tornar assentado é necessário continuar lutando por condições dignas no campo, além de ser solidários com os companheiros que ainda estão acampados às margens das rodovias ou nos mais diversos latifúndios brasileiros. É necessário também maior mobilização no sentido de exigir apoio, através de cursos de formação e capacitação de jovens e adultos que abrangem áreas de conhecimento e habilidades consideradas necessárias para a atuação no contexto social, político e produtivo atual, contribuindo assim com o desenvolvimento dos assentamentos, além de permitir sua permanência no campo. A mobilização torna-se fundamental no sentido de exigir do poder público a reforma agrária, além de políticas voltadas à manutenção e desenvolvimento dos assentamentos e a permanência do camponês no campo na busca de sua autonomia, afinal, a luta não se finda na conquista da terra.

O significado da conquista da terra se tornou latente nas conversas com os assentados, caracterizado pela conquista da liberdade e independência, onde o camponês deixa de produzir para o patrão sendo subordinado a ele e passa a produzir para seu benefício e de sua família, além de permitir o acesso a alimentos saudáveis para o autoconsumo. Portanto, é preciso resgatar as lutas do passado, fortalecer a resistência do presente e minimizar as incertezas do futuro no assentamento Primeiro do Sul para que as gerações futuras possam ter a opção de escolha baseadas em pré-requisitos sólidos.

Referências

ALVES, R. J. A. Avaliação do uso das terras no assentamento primeiro do sul, município de campo do meio (MG). 2006. **Dissertação** (Mestrado). Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2006.

ÁVILA, R. V. A viabilidade econômica da reforma agrária em Minas Gerais. 1999. **Monografia**. Universidade Federal de Minas Gerais Faculdade de Ciências Econômicas. Belo Horizonte, 1999. Disponível em: gipaf.cnpia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/avila99.pdf. Acesso em 13/10/2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado Federal, 1988.

CONAB, 2009 disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/arquivos/livretoDigem%20-%20PUBLICO%20EXTERNO%20-%20V21SET.pdf>. Acesso em: outubro de 2011

FERNANDES, B. M. A **questão agrária no limiar do século XXI**. Espaço e Geografia. Brasília: Instituto de Ciências Humanas/UnB, n.1, Jan.-Jun. /2001, p. 7-24.

FERREIRA NETO, J. A.; RAMOS, M. M. **Diagnóstico socioeconômico e ambiental do projeto final de assentamento (PFA) do PA 1º do Sul**. Disponível em: <http://www.assentamentos.com.br/files/pdfs/PFA%201%20do%20Sul.pdf>

GONÇALVES, C. W. P. Geografia da Riqueza, Fome e Meio Ambiente: Pequena Contribuição

Crítica ao Atual Modelo Agrário/Agrícola de uso dos Recursos Naturais. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis** - PPGICH UFSC, 2004. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/604/10751>

GRAZIANO DA SILVA, J. G. **Tecnologia & agricultura familiar**. 2ª Ed. Porto Alegre Ed. UFRGS, 2003.

IBGE. **Censo Agropecuário**. 2006. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf

LUCAS, K. S. Trajetória de luta, conquista da terra e vida coletiva no assentamento rural Primeiro do Sul – Campo do Meio (MG). 2011. **Relatório de pesquisa de Iniciação Científica** - PIBIC/CNPq. Universidade Federal de Alfenas, 2011.

LOURENÇO, A. R.; VALE; A.R. A luta pela terra no Sul de Minas: conflitos agrários no município de Campo do Meio (MG). In: **Anais... ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, 10. Francisco Beltrão, 2009. Anais eletrônicos... Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2010 (1 CD rom).

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MOTA, D. N. Tendências Produtivas da Cafeicultura (Coffea Arabica) no Assentamento Primeiro do Sul, Campo do Meio (MG): Abordagem Socio-econômica-ambiental. 2008. **Trabalho de Conclusão do Curso** (Especialização em Agroecologia). Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

OLIVEIRA, A. U. A. **Geografia das Lutas no Campo**. São Paulo: Contexto, 1991.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RAMOS, P. Políticas públicas e perspectivas de viabilização dos assentamentos rurais. In: FERRANTE, V. L. S. B. (Org.) **Retratos de assentamentos**. Araraquara: UNIARA/INCRA, n. 12, 2009.

SANTOS, I. P.; FERRANTE, V. L. S. B. **Da terra nua ao prato cheio**: produção para o consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara: Fundação Itesp/Uniara, 2003, 128p.

STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: Programas de reforma agrária: 1946-2003. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SCHNEIDER, S. A dinâmica das atividades agrícolas e não-agrícolas no novo rural brasileiro: elementos teóricos para análise da pluralidade em situações de agricultura familiar. In: **Anais... SEMINÁRIO SOBRE O NOVO RURAL BRASILEIRO**, 2., 2001, Campinas. Anais eletrônicos... Campinas: UNICAMP, 2001. <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>>.

VALE, A.R.; LOURENÇO, A. R.; LUCAS, K. S. Projeto de extensão “Biblioteca Popular: Resgate Histórico e Espaço de Diálogos”. In: **Anais... ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, 9. São Paulo, 2009, pp. 1-18. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Vale_AR.pdf

Correspondência:

Kelson Serafini Lucas

E-mail: kslmg@yahoo.com.br

Recebido em 06 de dezembro de 2012.

Revisado pelo autor em 10 de janeiro de 2014.

Aceito para publicação em 22 de janeiro de 2014.